

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: 'O biocarvão tenta imitar o solo amazônico' Jan Gladki	2
Título: Governo quer usar o ano todo termelétrica	3
Título: Tesla é montadora mais valiosa dos EUA	4
Título: Moody's eleva nota de crédito da Petrobras	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Belo atraso	7
Título: Menos conteúdo local, mais empregos	8
Título: Moody's eleva nota de crédito da Petrobras	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Agência Moody's volta a elevar nota da Petrobrás	11
Título: Tesla supera GM em valor pela primeira vez	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Prejuízo de R\$ 5,6 bilhões	14
VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Planalto quer estimular consumo consciente de energia	15
Título: Após 30 anos, extração de ouro pode voltar à Amazônia	16
Título: Petrobras perdeu R\$ 5,6 bi com Odebrecht, diz laudo	18
Título: Transmissoras e governo sofrem revés em ação sobre indenizações	19
Título: Associações obtêm liminar em processo de transmissão	21
Título: Preço do carvão sobe e pode impactar siderurgia no país	22
Título: Venda de ativos vai influenciar nota da Petrobras	24

Seção: Página 2 / Colunas**Autor: Kátia Gonçalves****Título: 'O biocarvão tenta imitar o solo amazônico' Jan Gladki**

Polonês veio ao Rio ministrar palestras na PUC sobre projetos alternativos de produção de energia limpa

Últimas De Conte Algo Que Não Sei

“Sou polonês e tenho formação em Engenharia Ambiental e especialização em energia. Há 40 anos, trabalho nessa área, e há 25 possui a minha própria empresa, a Fluid S.A. É uma grande companhia, que está presente na Bolsa de Valores. Basicamente, trabalho com tecnologias inovadoras.”

Conte algo que não sei.

É possível transformar resíduos que seriam descartados e iriam se decompor em energia limpa e barata. Nós, por exemplo, fabricamos um produto que se chama biochar, que pode ser usado na agricultura como potencializador do solo. Toda a inspiração para isso veio do Brasil, há cerca de dez anos.

Na Europa, como é o funcionamento do projeto de desenvolvimento de energia limpa através do biocarvão?

O interesse pelo biocarvão surgiu do descobrimento, na Amazônia, da “terra preta”, um solo mais fértil que o comum. O biocarvão nada mais é que uma tentativa de imitar as propriedades desse solo amazônico. Começamos a coletar os resíduos da biomassa e desenvolvemos uma tecnologia para carbonizar isso. Resumidamente, depois de um processo complexo, obtemos como produto final o biocarvão, com propriedades que imitam a composição da tal “terra preta”.

O Brasil e, principalmente, o Rio de Janeiro, passam por uma grave crise, em parte por conta da dependência do petróleo. Como vê a busca por fontes alternativas de energia?

Não é somente o Brasil que é dependente do petróleo. Vários outros países estão na mesma posição. Não é possível continuar com essa dependência tão grande de fontes que são finitas. O mundo precisa olhar a natureza em busca de alternativas.

Como está o Brasil nesse contexto?

Estou aqui há pouco tempo, mas já percebi que é comum o descarte de resíduos que poderiam ser transformados em biomassa. Na Polônia, por exemplo, onde levamos a sério o conceito de desenvolvimento sustentável, quase todo o material que é recolhido nas ruas é reaproveitado e vira biomassa.

Em termos práticos, qual o impacto desse conceito na vida das pessoas?

Falo por mim: crio empregos através da biomassa. Não só a usina, mas toda a infraestrutura desse negócio gera oportunidades. E há, ainda, o baixo custo da energia, o que impacta diretamente no bolso das pessoas. Voltando ao exemplo da Polônia, onde o carvão comum sempre foi a fonte principal de energia: graças ao biocarvão, hoje produzimos menos gases do efeito estufa. Ou seja: essa tecnologia também está contribuindo para a proteção do meio ambiente.

Quais as vantagens do seu projeto em relação às fontes de energia convencionais?

Eu posso fornecer essa informação com dados da minha experiência na Indonésia: por exemplo, em relação à energia solar, o retorno financeiro do biocarvão ocorre na metade do tempo, e proporciona uma redução de 60% nos custos. Dependendo da quantidade de biomassa disponível, esse retorno pode vir de cinco a seis anos, enquanto a energia solar fornece resultados de dez a 12 anos após sua implementação. Outro aspecto vantajoso é que a usina que utiliza a minha metodologia funciona 24 horas por dia, enquanto a solar opera por apenas dez horas.

Em que outros países o biocarvão está presente?

Principalmente na Ásia, mas já há experimentos em outros países da Europa, como na Holanda e na Alemanha.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez

Título: Governo quer usar o ano todo termelétrica

Objetivo é reduzir custo de geração de energia e aproveitar maior oferta de gás

Com o objetivo de reduzir os custos de geração de energia elétrica e aproveitar o aumento da produção de gás, o governo começa a estudar a possibilidade de construir termelétricas a gás natural que seriam usadas em operação contínua, como ocorre hoje com as hidrelétricas, afirmou o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, após participar de seminário sobre concessões na

Fundação Getulio Vargas (FGV). No modelo atual, as usinas termelétricas operam apenas quando é necessário preservar o nível dos reservatórios, e, por isso, sua energia tem custo mais alto. — Estamos pensando, pois uma térmica inflexível, que roda na base o tempo todo, tem um custo de operação muito menor — destacou o ministro.

CAMPANHA DE CONSUMO RACIONAL

Conforme revelou reportagem do GLOBO no domingo, nos últimos dois anos, a sobretaxa na conta de luz, com o uso de bandeiras tarifárias, somou R\$ 18 bilhões, quase o mesmo montante aplicado na construção da usina de Jirau, uma das maiores hidrelétricas do país. Diante do quadro de falta de chuvas, o governo estuda medidas para incentivar o consumo racional de energia, informação confirmada ontem pelo ministro: — A ideia é a gente iniciar campanha de conscientização para diminuir o impacto que as bandeiras tarifárias têm para o consumidor. E, independentemente disso, acho que tem de ser constante o uso racional da energia.

MENOS GÁS DA BOLÍVIA

Segundo o ministro, o aumento significativo da produção de gás natural nos campos do pré-sal permitirá que o país se torne autossuficiente e até exportador do produto a partir de 2021. Com a perspectiva de aumento da produção, o Brasil deve também reduzir as importações de gás da Bolívia. O contrato com o país vizinho vence em 2019 e prevê a importação de 30 milhões de metros cúbicos por dia.

— A gente está começando o processo de renegociação com a Bolívia. Possivelmente, deverá ser um volume menor do que a gente importa hoje porque vamos ter, a partir de 2021, 2022 e 2023, a entrada de muito gás. Só o Campo de Pão de Açúcar, no pré-sal, terá uma produção diária de 15 milhões de metros cúbicos por dia, metade do que importamos da Bolívia. A gente caminha para, nesse horizonte de 2021, 2022 e 2023, ser autossuficiente.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Tesla é montadora mais valiosa dos EUA

Com previsão de prejuízo, Tesla ultrapassa GM em valor de mercado

Investidores apostam na montadora veículos elétricos, que ainda desaponta em faturamento

NOVA YORK - A montadora Tesla, presidida por Elon Musk, ultrapassou a rival General Motors em valor de mercado nos Estados Unidos. Uma semana após desbancar a Ford, a fabricante de carros elétricos viu suas ações avançarem 3,26% no pregão de ontem, levando sua capitalização de mercado a US\$ 51 bilhões. O desempenho da Tesla revela a extensão da confiança dos investidores na visão de Musk de que veículos elétricos irão, no futuro, dominar o mercado.

Apesar do otimismo, a previsão de receita da companhia fica aquém de suas rivais, que projetam retornos bilionários de vendas este ano. A GM espera arrecadar US\$ 9 bilhões em 2017, e analistas preveem que a Ford terá lucro ajustado de cerca de US\$ 6,3 bilhões. Já a Tesla deve perder mais de US\$ 950 milhões. No ano passado, a empresa de Musk perdeu US\$ 5,18 bilhões, enquanto GM e Ford tiveram lucro de US\$ 6,34 bilhões e US\$ 1,73 bilhões, respectivamente.

Perfil: Elon Musk, megalomaniaco ou visionário?

Tesla ultrapassa Ford em valorização de mercado

A Tesla e a GM chegaram a disputar o título durante a tarde, com a fabricante de carros elétricos superando a dona da Chevrolet em cerca de US\$ 3 milhões por volta das 15h15 m, na Bolsa de Nova York. A ultrapassagem da Tesla deve impulsionar o debate em torno do valor relativo da companhia de Musk comparado a algumas das maiores fabricantes de carros do mundo.

A ascensão da Tesla sugere que os mercados financeiros apostam que os motores elétricos substituirão, no longo prazo, os a combustão e que os veículos autônomos e serviços de mobilidade são o futuro dos meios de transporte, segundo especialistas.

A Tesla começou a subir em Wall Street graças a uma quantidade recorde de 25 mil carros entregues no primeiro trimestre, o que levou os analistas a fazer projeções otimistas para os próximos meses.

PRÓXIMA FRONTEIRA: HONDA

A diferença de valor financeiro entre Tesla e GM não reflete a relação de forças entre ambas as companhias. No ano passado, a Tesla produziu 84 mil automóveis e teve um volume de negócios de US\$ 7 bilhões. Já a GM fabricou 10 milhões de carros e sua receita superou US\$ 166 bilhões. A GM tem 17,3% do mercado americano, e a Tesla só 0,2%, segundo o Autodata.

“A Tesla compreende otimismo, liberdade, desafio e abre uma série de outros motivos que, na nossa visão, outras companhias não podem replicar”, afirmou

em relatório Alexander Potter, analista da Piper Jaffray ontem. “Enquanto disputam para tentar acompanhar (a Tesla), achamos que os concorrentes da Tesla apenas ficam parecendo mais desesperados”.

Se a Tesla mantiver seu valor, ela se torna a sexta maior montadora de carros por valor de mercado, atrás da Toyota, Daimler, Volkswagen, BMW e Honda. Enquanto Musk ainda precisa fazer muito para chegar aos US\$ 172 bilhões da Toyota, a Honda está pouco à frente, com US\$ 52 bilhões.

“O mercado se importa mais com o novo valor de mercado potencial dos outros negócios nos quais a Tesla atua do que com lucros reais e fluxo de caixa”, afirmou David Whiston, analista da Morningstar, em referência a outras atividades da empresa, como seu negócio de energia solar. “Agora mesmo não há nada para frear o ímpeto da Tesla. Ela pode ultrapassar a Honda também”.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Eduardo Barretto, Ana Paula Ribeiro e Ramona Ordonez

Título: Moody's eleva nota de crédito da Petrobras

Agência de risco coloca "rating" da estatal em perspectiva positiva

A agência de classificação de risco Moody's elevou a nota de crédito da Petrobras de B2 para B1, citando expectativa de melhora nos indicadores financeiros da companhia nos próximos 12 meses. A agência adotou perspectiva positiva para a petroleira, o que indica possibilidade de alteração na nota num período de 18 meses. Isso pode ocorrer, segundo a Moody's, caso a companhia levante recursos suficientes com seu programa de venda de ativos ou faça novos arranjos para reduzir seu endividamento.

A notícia teve impacto positivo no mercado financeiro. As ações ordinárias (com voto) da estatal subiram 1,69%, a R\$ 15,63, e os papéis preferenciais (sem voto) avançaram 1,49%, a R\$ 14,92. O Ibovespa, índice de referência do mercado, fechou em alta de 0,20%, aos 64.772 pontos. O dólar recuou 0,34% a R\$ 3,14.

PARENTE: "ESTAMOS NO CAMINHO CORRETO"

Em nota, a agência destaca que a liquidez e os indicadores financeiros da companhia melhoraram com investimentos menores nos últimos trimestres, ganhos de gestão operacional e apreciação do real, além dos benefícios da nova política de preços para os combustíveis. O texto menciona melhora no ambiente regulatório no país e compromisso da gestão da empresa com metas financeiras e operacionais.

Mesmo assim, a Moody's avalia que as preocupações com risco de liquidez permanecem, além de riscos relacionados à execução do Plano de Negócios 2017-2021 e possíveis atrasos em seu programa de venda de ativos. Um dos aspectos destacados é que a companhia fechou acordo com 19 dos 27 investidores individuais em disputas legais relacionadas à Operação Lava-Jato, o que reduz as incertezas relativas a acordos e multas. A agência menciona a relevância da Petrobras para a economia brasileira, mas pondera que a situação fiscal do governo afeta sua capacidade de apoiar suficientemente a petroleira de modo a impedir eventual default.

"A revisão da nota de crédito da Petrobras pela Moody's reconhece o trabalho intenso que vem sendo feito na melhora dos indicadores operacionais da companhia, além do esforço de redução da dívida. Mostra que estamos no caminho correto, mas é também a constatação de que é o início de um trabalho e que ainda há muito a ser feito", afirmou, em nota, o presidente da Petrobras, Pedro Parente.

O presidente Michel Temer comemorou a notícia no Twitter: "Começamos a colher o resultado de trabalho feito com responsabilidade. A Moody's elevou a nota de crédito da Petrobras. A agência de classificação de risco elogia a nova gestão da Petrobras e a nova política de preços de combustíveis. É o Brasil no rumo certo".

Para Raphael Figueredo, analista da Clear Corretora, a reação do mercado reflete a avaliação dos investidores de que há chance de elevação da nota soberana do país. O desempenho das ações da estatal também foi influenciado pela alta do preço do petróleo devido à tensão na Síria.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Belo atraso

A usina hidrelétrica de Belo Monte, que o ufanismo petista gostava de anunciar como a terceira maior do mundo, segue gerando mais celeuma que energia. Nova decisão judicial veio paralisá-la, e desta vez se trata de algo além de uma liminar efêmera.

Na Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 9 dos 14 desembargadores presentes julgaram que não há razão para a usina continuar funcionando. Derrubaram, dessa maneira, decisão monocrática anterior de seu presidente, Hilton Queiroz.

Queiroz havia acatado pedido da Advocacia-Geral da União para manter a hidrelétrica em operação, contrariando o Ministério Público Federal. Segundo este, Belo Monte não deve funcionar enquanto não forem cumpridas exigências do licenciamento ambiental.

A fim de obter a licença de operação, a concessionária Norte Energia se comprometera a implantar rede de água e esgotos em Altamira (PA). Com a formação da represa na frente da cidade, seria danoso à saúde pública manter o despejo de dejetos no rio Xingu.

A licença saiu em dezembro de 2015; o sistema de saneamento básico, ainda não. Tubulações foram assentadas, e uma estação de tratamento, construída, mas uma disputa entre prefeitura e operadora quanto ao ônus das conexões domésticas na rede atrasa o pleno funcionamento do serviço.

A AGU alegou que a paralisação impede a produção de energia que poderia abastecer 4,5 milhões de casas. O presidente do tribunal acatou o argumento, assim como cinco de seus pares na Corte Especial, mas não foi acompanhado por outros nove votantes.

Ao decidirem pela interrupção, eles aderiram à tese do Ministério Público de que Belo Monte só terá todas as 18 turbinas principais acionadas em 2019 e que até lá não estarão prontas as quatro linhas de transmissão para levar sua energia ao sistema interligado nacional.

Não haveria risco, assim, de a presente paralisação acarretar falta de energia no restante do país. Sobraria tempo, por outro lado, para cumprir a pré-condição do saneamento básico, conforme estipulado na licença ambiental.

Afora o pagamento de propinas investigado pela Lava Jato, Belo Monte reedita outras tantas mazelas que afetam as grandes obras no Brasil: planejamento deficiente, descaso com os impactos sobre a população local e recurso à tática dos fatos consumados.

Embora nem sempre funcionem bem, nesse caso Justiça e Ministério Público vieram contra-arrestar tal atração atávica pelo atraso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: José Firmo

Título: Menos conteúdo local, mais empregos

As novas regras para a política de conteúdo local anunciadas recentemente pelo governo brasileiro irão, se de fato forem adotadas, tornar o país mais competitivo num cenário global cada vez mais acirrado na disputa por investimentos em petróleo e gás.

Desde 2006, o Brasil conviveu com ausência de rodadas de ofertas de áreas para atividade petrolífera ou leilões fracassados. O resultado foi a paralisia da exploração e do desenvolvimento de reservas e a destruição de 500 mil empregos no setor desde 2013. Essas vagas foram perdidas diante da retração de investimentos de uma média anual de US\$ 35 bilhões para US\$ 15 bilhões.

Agora oportunidades para realizar bons projetos não faltam com a previsão de quatro leilões de áreas de exploração e produção neste ano.

Nada pode ser pior do que incorrer no mesmo erro do passado e deixar de aproveitar o potencial de valiosas reservas de óleo e gás como as do pré-sal, capazes de dinamizar a economia do país.

Essa lógica perversa só se inverterá com a implementação da política de conteúdo local ora alterada para estimular novos investimentos, pautada por três premissas básicas: preço, prazo e qualidade na contratação de bens e serviços.

Mudanças importantes, como a redução dos percentuais obrigatórios, diminuem expressivamente o risco de manter ou criar reservas de mercado que só vão impedir o desenvolvimento sadio da cadeia.

O modelo atualmente em vigor gerou nos últimos anos uma insustentável indústria de multas, a apatia de investidores e a consequente paralisação da exploração no país.

A atividade exploratória é o combustível essencial para manter e crescer produção. É o início de tudo. Sem investimentos nessa etapa, colocam-se em risco as perspectivas de futuro do setor.

Desde 1969 não se explorava de modo tão tímido no país como em 2016, resultado desse cenário de desestímulo e desconfiança. No ano passado, apenas três poços foram perfurados no offshore brasileiro.

Apesar do momento ainda turvo, o setor começou a vislumbrar um horizonte melhor com a aprovação do fim do operador único.

Agora a indústria vê nas novas regras de conteúdo local e em outras medidas em análise pelo governo uma possibilidade concreta de multiplicar

investimentos e ampliar o 1,2 milhão de empregos que restaram na cadeia de óleo e gás.

Nessa agenda positiva, constam ainda a renovação do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás), mudanças no ICMS e no ISS, incentivos à exportação da cadeia de fornecedores, uso de recursos obrigatórios de pesquisa e desenvolvimento para aumentar a competitividade do pré-sal e a regulamentação de regras para a unitização.

Feitos esses ajustes, os investimentos retornariam em três anos, em cifras com potencial para frear de imediato a atual desmobilização do setor e contribuir para o crescimento do país e a criação de empregos.

A hora de o Brasil optar pelas mudanças é agora, sob pena de o país desperdiçar a oportunidade de uma geração que irá observar o declínio do petróleo como fonte principal de energia sem que as reservas gigantes do pré-sal se convertam em riqueza.

JOSÉ FIRMO é presidente da Abespetro (Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Moody's eleva nota de crédito da Petrobras

A agência de classificação de risco Moody's anunciou nesta segunda-feira (10) a revisão da nota de crédito (rating) da Petrobras, que subiu de B2 para B1. Foi a segunda agência a melhorar a nota da estatal este ano - em fevereiro, a Standard & Poors (S&P) tomou decisão semelhante.

Com a revisão desta segunda-feira, a Petrobras está agora a quatro degraus da zona onde se encontram as empresas mais bem avaliadas pela Moody's. A agência rebaixou a Petrobras para categoria de maior risco em fevereiro de 2015.

No comunicado desta segunda, a Moody's mudou a perspectiva da nota da Petrobras de estável para positiva, o que significa que poderá subir a classificação da empresa novamente, caso veja nova melhora em sua situação financeira.

A agência diz que a liquidez e as métricas financeiras da companhia apresentaram evolução nos últimos trimestres, como resultado de menores

investimentos, maior disciplina operacional e a valorização do real frente ao dólar, que melhorou os custos.

Além disso, cita a nova política de preços dos combustíveis, que melhoraram a flexibilidade para sustentar as margens de venda dos produtos e a fatia de mercado da estatal.

"A Moody's reconhece que a gestão da Petrobras mostrou comprometimento com suas metas financeiras e operacionais, como visto em operações de refinanciamento recentes, na disciplina no uso do caixa, no crescimento da produção e na queda dos custos", afirmou a agência.

Por outro lado, mantém preocupação com riscos de liquidez, uma vez que a Petrobras tem US\$ 19 bilhões em dívidas vencendo nos próximos dois anos, período em que o caixa da empresa ainda estará pressionado pelos baixos preços do petróleo no mercado internacional.

Novas revisões positivas podem ser consideradas, diz a Moody's, se a companhia arrecadar valores suficientes em seu programa de venda de ativos, se tiver sucesso em operações para refinar sua dívida ou fortalecer sua liquidez com melhorias operacionais e financeiras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Gabriel Bueno da Costa

Título: Agência Moody's volta a elevar nota da Petrobrás

Classificação de risco da estatal passou de B2 para B1, mas ainda está quatro degraus abaixo do grau de investimento.

A agência de classificação de risco Moody's elevou a nota da Petrobrás, de B2 para B1. Foi a segunda elevação da estatal em menos de seis meses. Mesmo assim, a Petrobrás ainda está quatro degraus abaixo do chamado "grau de investimento", selo que garante às empresas acesso a condições de financiamento melhores.

A agência também alterou a perspectiva da nota da petroleira de estável para positiva. Segundo a Moody's, a perspectiva reflete a expectativa de que, nos próximos 18 meses, a liquidez e o risco de crédito geral da companhia continuem a melhorar, o que poderia levar a outras elevações no rating. O anúncio teve impacto ontem a Bolsa de Valores. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) fecharam em alta de 1,69%, e as preferenciais (PN, sem direito a voto) subiram 1,63%. O Ibovespa teve alta de 0,09%, aos 64.649,81 pontos.

A Moody's diz que as condições financeiras da estatal melhoraram nos últimos trimestres, como resultado do menor gasto com investimento em 2016 que o planejado, de ganhos com um gerenciamento operacional disciplinado e com a apreciação do real, que afeta positivamente os custos operacionais. Além disso, a agência citou a nova política de combustível, que elevou a flexibilidade da estatal.

“O ambiente regulatório também melhorou no Brasil, o que apoia um melhor retorno sobre o investimento no curto prazo”, argumenta a agência. Por meio do Twitter, o presidente Michel Temer comemorou a notícia. Disse que a avaliação da agência é resultado do trabalho feito por seu governo.

“Começamos a colher o resultado de trabalho feito com responsabilidade”, escreveu. Ele destacou ainda que a Moody's elogiou a nova gestão da Petrobrás e a nova política de preços de combustíveis. “É o Brasil no rumo certo”, disse.

Riscos.

Apesar dos elogios e mesmo com as melhorias, a Moody's diz que o risco de liquidez da Petrobrás continua a ser uma preocupação. Entre os eventuais problemas, a agência cita o risco de execução do plano de negócios para 2017-2021 e atrasos potenciais na execução completa de seu plano de venda de ativos.

Por outro lado, como fatores positivos a Moody's cita acordos com investidores individuais que mantinham disputas legais ligadas à investigação da Operação Lava Jato, bem como certa redução nas incertezas com acordos adicionais e o pagamento de multas, entre eles um acordo nos Estados Unidos.

O novo rating, de acordo com a agência, é apoiado pela “base de reserva sólida da companhia” e por “seu domínio na indústria petrolífera brasileira”, bem como por sua importância para a economia do Brasil. Ainda assim, a agência diz que a posição fiscal atual do governo brasileiro reduz a capacidade federal de apoiar a Petrobrás de maneira suficiente para impedir um eventual default.

COLABOROU DANIEL WETERMAN

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Matheus Mans

Título: Tesla supera GM em valor pela primeira vez

A fabricante de automóveis elétricos Tesla ultrapassou ontem a General Motors, em valor de mercado, tornando-se a maior montadora norte-americana pela

primeira vez. No início do pregão, o valor da Tesla alcançou US\$ 51,56 bilhões, enquanto o da GM – a maior fabricante americana de automóveis em volume de vendas – era de US\$ 50,26 bilhões.

A GM se recuperou ao longo do dia e fechou o pregão com valor de mercado de US\$ 51,18 bilhões, enquanto a Tesla encerrou com valor de US\$ 50,95 bilhões. Ainda assim, os valores continuam próximos, apesar de a Tesla ser uma novata perto da GM. A GM fabricou 10 milhões de carros e teve receita superior a US\$ 166 bilhões em 2016, enquanto a Tesla vendeu apenas 84 mil unidades e teve um volume de negócios de US\$ 7 bilhões. A primeira tem uma fatia de 17% do mercado norte-americano, enquanto a segunda soma apenas 0,2%.

A Tesla conseguiu o feito apenas uma semana após superar outra montadora norte-americana, a Ford. Ela encerrou o pregão de ontem avaliada em US\$ 44,8 bilhões.

Razões - Para analistas, a virada da Tesla sobre as montadoras tradicionais – pelo menos na visão dos investidores – é sinal que o mercado está apostando em seu potencial futuro. A empresa fabrica carros elétricos e parcialmente autônomos, duas tecnologias que devem revolucionar o segmento automotivo nos próximos anos.

“A Tesla é uma grande interrogação”, diz o diretor da consultoria Roland Berger para o Brasil, Rodrigo Custódio. “As pessoas estão começando a entender a empresa, e o medo de apostar nela começa a diminuir.”

A Tesla ganhou impulso na semana passada, após anunciar um recorde de 25 mil veículos entregues no primeiro trimestre de 2017 – enquanto isso, Ford e GM anunciaram previsão de queda nas vendas para 2017 e lucro abaixo do esperado.

Outro motivo que favorece a Tesla é a aposta de vários países nos carros elétricos. A Holanda, por exemplo, pretende fabricar, a partir de 2020, apenas carros movidos a eletricidade. “A Tesla é a única empresa totalmente alinhada com as novas demandas da sociedade”, afirma Custódio.

Briga - Para reverter o quadro, segundo analistas, as montadoras precisam investir mais em tecnologia, como sensores autônomos e software de condução mais aprimorado.

Para Mark Ramsey, diretor de pesquisas da Gartner, é um desafio e tanto. “Não é fácil para as grandes fabricantes se transformarem”, diz. “Elas precisam começar a adotar todas os itens inovadores que a Tesla tem em seus carros.”

Os analistas não fazem previsões sobre o futuro da Tesla ou se o seu valor de mercado continuará a crescer. “Ninguém sabe se é algo pontual ou contínuo”, diz Ramsey. “A Tesla é uma empresa imprevisível.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Julia Chaib

Título: Prejuízo de R\$ 5,6 bilhões

Laudo da Polícia Federal anexado aos autos da Operação Lava-Jato aponta que 11 contratos da Construtora Norberto Odebrecht na Diretoria de Engenharia da Petrobras ocasionaram, em valores atuais, um prejuízo direto de R\$ 5.684.034.410,52 à estatal. O raio X da PF pegou licitações da área de Engenharia da companhia entre 2003 e 2014.

A vistoria buscava verificar “vestígios” de cartelização em certames vencidos pelo “clube vip” das empreiteiras. Os aditivos dos contratos analisados não foram examinados, segundo a Polícia Federal. “É possível concluir que as licitações que deram origem aos contratos (...) foram fraudadas mediante a atuação direta do cartel composto pela organização denominada ‘Clube dos 16’”, destaca o laudo.

O documento é datado de 30 de setembro de 2016 e foi subscrito pelos peritos criminais federais João de Castro Baptista Vallim, Regis Signor e Alexandre Bacellar Raupp, que analisaram os contratos com valores superiores a R\$ 100 milhões.

“Caso as autoridades competentes entendam aplicável o artigo 387, IV, do Decreto-Lei 3.689/41, os signatários apontam que esses contratos, vencidos pela Odebrecht (isoladamente ou consorciada a outras empresas), ocasionaram, em valores atuais, um prejuízo direto de R\$ 5.684.034.410,52 à estatal”, enfatizaram os peritos no laudo agora tornado público.

Os peritos afirmam que o prejuízo direto “é decorrente da apresentação de propostas com preços artificialmente majorados”. “Nas licitações contaminadas pelo cartel, há uma forte tendência de que a empresa escolhida para ser a vencedora tenha como alvo alcançar o maior valor de contrato que a contratante esteja disponível a pagar”, registra a PF.

De acordo com a perícia, foram analisadas 99 licitações das quais participaram 16 empresas investigadas e elaboraram um relatório para cada empreiteira. Os técnicos examinaram planilhas, documentos das Comissões Internas de Apuração da Petrobras, relatórios das comissões de licitação de contratos da

Engenharia da estatal e termos do Acordo de Leniência da Setal Engenharia perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o órgão antitruste do governo.

“Há evidências suficientes para concluir que o chamado ‘Clube dos 16’ atuou em cartel para elevar arbitrariamente e injustamente os preços em licitações da Petrobras”, anotam os peritos.

“Medidas adequadas”

“A Odebrecht assinou acordo com autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça e está em entendimento avançado com alguns países da América Latina para esclarecer sua participação em atos praticados pela companhia. A Odebrecht já adota as medidas adequadas e necessárias para continuamente aprimorar seu compromisso com práticas empresariais éticas e de promoção da transparência em todas as suas ações”, disse a empresa por meio de nota.

“Em valores atuais, o prejuízo direto à Petrobras, somente nos contratos da Diretoria de Engenharia com a empresa Odebrecht, foi de R\$ 5.684.034.410,52”

Trecho do laudo pericial divulgado pela Polícia Federal

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Francisco Góes

Título: Planalto quer estimular consumo consciente de energia

O governo avalia a possibilidade de realizar uma campanha de conscientização para estimular o consumidor a utilizar menos energia, para reduzir o custo de operação do sistema, devido à perspectiva de um aumento maior de geração termelétrica, mais cara, nos próximos meses. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a ideia foi levantada na última reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), na última semana.

"Dentro da hidrologia difícil que estamos vivendo, o segundo semestre de 2017 deve ser bastante difícil do ponto de vista de fornecimento hídrico", afirmou o ministro, que participou ontem de seminário sobre concessões de infraestrutura, na FGV, no Rio. "Temos energia para atender à população. Mas, por ser um fornecimento que deverá depender maior parcela do [gerador] térmico, deverá haver um custo adicional. E a ideia era de que a gente pudesse iniciar campanhas de conscientização para poder diminuir o impacto que as bandeiras [tarifárias] têm na conta do consumidor", completou ele.

Coelho Filho também contou que o governo avalia a possibilidade de incluir a termelétricas, principalmente a gás natural, na base do sistema elétrico. Segundo ele, porém, não há nada definido sobre o assunto. "Estamos pensando [...] Uma térmica inflexível tem custo de operação muito menor do que uma térmica chamada a operar esporadicamente", disse.

Sobre a renegociação da cessão onerosa, o ministro disse que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deverá apresentar em maio os cálculos que vão balizar o processo de negociação entre o governo e a Petrobras. Ele admitiu que a petroleira tende a ser credora no processo.

"Muito provavelmente a Petrobras é credora. Mas [para saber] o tamanho desse crédito, precisamos aguardar o número final da ANP. Uma coisa é certa: a União não tem dinheiro para pagar. Estamos passando por um ano muito difícil. Possivelmente isso [o pagamento] vai ser em óleo [...] O problema é a forma de fazer. Muito possivelmente pode ser preciso alteração legislativa", explicou ele.

De acordo com o contrato de cessão onerosa, a estatal adquiriu em 2010 o direito de produzir até 5 bilhões de barris de petróleo no pré-sal por US\$ 42 bilhões. O contrato previa uma rodada de renegociação dos parâmetros do negócio após a declaração de comercialidade das áreas envolvidas. Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril era de cerca de US\$ 80, mas desde 2014 os preços da commodity caíram fortemente e hoje estão na casa de US\$ 50.

Com relação à reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), marcada para hoje, o ministro disse que os principais itens são a definição das áreas que serão ofertadas no terceiro leilão do pré-sal, em novembro, e a ratificação das regras de conteúdo local para as próximas licitações do setor.

Ele disse que o governo já começou a negociar a renovação do contrato de importação de gás natural da Bolívia, que termina em 2019. A expectativa, afirmou, é contratar um volume menor que o atual, 30 milhões de m³/dia, devido à previsão de aumento da oferta nacional de gás nos próximos anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Após 30 anos, extração de ouro pode voltar à Amazônia

Depois de mais de 30 anos fechada à atividade de mineração, uma imensa área da Amazônia rica em ouro será concedida à iniciativa privada. Por meio de uma

portaria publicada na edição de sexta-feira do Diário Oficial da União, o Ministério das Minas e Energia abriu caminho para a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca) criada em 1984 ainda durante a ditadura militar. A expectativa do governo é leiloar áreas no fim do ano.

Apesar de ter cobre no nome, a reserva, localizada entre os Estados do Amapá e do Pará, é rica sobretudo em ouro, mas também em tântalo, minério de ferro, níquel, manganês e outros. Não há informações sobre o tamanho dos depósitos. Mas a avaliação do Ministério é que a área poderá se tornar algo de relevância mundial.

"Acreditamos que nessa área possa ser desenvolvido um projeto ímpar no mundo, com uma gigantesca atratividade para ouro", disse Vicente Lôbo, secretário de Geologia e Mineração do ministério. Victor Bicca, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão do ministério, vai além e diz que vê a possibilidade de que a área possa ser tão representativa quanto é Carajás para o minério de ferro. A Renca tem 46 mil quilômetros quadrados.

Mineradoras nutrem grande expectativa em relação à abertura da reserva. "Considero que a portaria é uma vitória do setor mineral. Há muito tempo a gente preconiza a liberação dessa área", diz Marcelo Tunes, diretor de assuntos minerários do Ibram, entidade que reúne mineradoras com operação no país.

Para o governo, uma indicação do interesse de mineradoras em futuros leilões é o número de pedidos de requerimentos na Renca. Antes da criação da reserva, havia 171 requerimentos de pesquisa; depois da criação, 482. "Isso sinaliza o interesse do mercado. Se foram requeridas é porque são áreas que têm atratividade", disse Bicca.

Ao Valor, ele e Lôbo afirmam que a portaria, de número 128, dá sinal verde para que sejam indeferidos todos os pedidos posteriores à criação da Renca e a análise dos demais - estes serão outorgados caso estejam de acordo com todas as exigências legais. Antes da criação da Renca, o governo havia concedido 25 autorizações de pesquisa e duas concessões de lavra.

Lôbo e Bicca também afirmam que continuará vedada a mineração nas unidades de proteção ambiental e nas terras indígenas existentes dentro da Renca.

Para que a reserva seja de fato extinta será preciso ainda um decreto presidencial. O governo do presidente Michel Temer (PMDB) aposta em um conjunto de medidas para atrair mais investimentos e aumentar a produção

mineral no país. Entre essas medidas está a decisão de liberar a atividade em zonas de fronteira. A criação de uma agência nacional de mineração e a extinção da Renca estão entre outras iniciativas do pacote.

Lôbo argumenta que a abertura vai gerar empregos numa região inóspita do país, que vai melhorar o IDH de cidades próximas, estimular a economia do Pará e do Amapá, atrair investimentos e ainda deter garimpos ilegais de ouro que há anos funcionam na reserva com suas diversas pistas de pouso clandestinas. "Não faz sentido manter uma área como essa fechada às mineradoras e ao mesmo tempo deixar que ela seja depauperada", diz Elmer Prata Salomão, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM).

Maurício Torres, pesquisador e professor da Universidade Federal do Oeste do Pará alerta para os riscos de eventuais grandes operações de mineração na região. "Mineração é atividade extremamente impactante e serão necessários muitos estudos para os impactos nesse caso possam ser mensurados."

Marcelo Marcelino, diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento de Biodiversidade do Instituto Chico Mendes, do Ministério do Meio Ambiente, avalia que em princípio não há conflitos de interesse da mineração na Renca ao lado de unidades de proteção. "Tudo terá de passar por licenciamento ambiental, os impactos serão verificados e as medidas, definidas".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: André Guilherme Vieira

Título: Petrobras perdeu R\$ 5,6 bi com Odebrecht, diz laudo

Laudo da Polícia Federal (PF) concluiu que a Petrobras teve prejuízo de R\$ 5,6 bilhões em 11 contratos com a Odebrecht entre 2003 e 2014. A perícia considerou somente licitações na área de Engenharia da estatal, vencidas por empresas integrantes do chamado "cartel das 16", e das quais a construtora Odebrecht participou, individualmente ou em consórcio. "Pode-se concluir que a atuação do cartel nas licitações 'vencidas' pela construtora Odebrecht ocasionou à Petrobras, em valores atuais, prejuízo direto estimado R\$ 5.684.034.410,52", apontou análise dos peritos. A perícia também detectou anormalidade estatística em licitações das quais participaram empresas investigadas na Lava-Jato. De acordo com o texto, "Essa anormalidade permite concluir que as licitações que somente receberam propostas elaboradas pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Engevix, Galvão, GDK, Iesa, Mendes Júnior, MPE, Promon, Skanska, Toyo Setal, Techint e UTC, (...) tiveram média de preços significativamente superior àquelas que receberam propostas de empresas externas ao 'clube'". Segundo o laudo

pericial, houve "concertação de propostas", de modo a "elevar arbitrariamente" os preços e a "tornar injustamente mais onerosa" a execução de contratos celebrados entre as empresas citadas e a Petrobras. No final do ano passado, o grupo Odebrecht firmou acordo para pagar multa de US\$ 3,5 bilhões a autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça por envolvimento em corrupção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Transmissoras e governo sofrem revés em ação sobre indenizações

Os grandes consumidores de energia conseguiram uma decisão liminar que pode cortar pela metade o montante das indenizações bilionárias por ativos antigos de transmissão, em mais um revés para o governo e as companhias transmissoras.

Caso a decisão seja mantida, a Eletrobras deve ser fortemente atingida. Dos R\$ 62 bilhões que totalizam as indenizações, a estatal tem direito a receber cerca de R\$ 30 bilhões, que já foram lançados no balanço de 2016 - e foram motivo do lucro apurado.

A decisão da juíza Daniele Maranhão Costa acolheu parcialmente os pleitos da ação movida pela Abrace, associação que representa os grandes consumidores de energia, e determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recalcule as indenizações excluindo do montante a parcela de "remuneração" dos ativos e inclua apenas a atualização dos valores.

A ação da Abrace questiona a origem dos recursos que vão pagar as indenizações, que somam R\$ 62 bilhões, e se referem aos ativos antigos de transmissão não amortizados que tiveram as concessões renovadas antecipadamente nos termos da Medida Provisória 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Segundo a ação da Abrace, dos R\$ 62 bilhões a serem pagos pela tarifa de energia, R\$ 35,2 bilhões se referem exclusivamente a encargos moratórios pelo atraso no pagamento das indenizações, que deveria ter acontecido em 2013, quando aconteceu, de fato, a renovação das concessões. Se esse for o valor excluído pela decisão liminar, o montante total das indenizações pode cair pela metade, para menos de R\$ 30 bilhões.

Além da Eletrobras, a Cteep é outra que pode ser atingida. Segundo o Bradesco BBI, o fluxo de caixa previsto das indenizações representa metade do valor de mercado da Cteep. Ontem, as ações das duas companhias fecharam em forte

queda na bolsa, já refletindo incertezas sobre as indenizações. As ações PNB da estatal caíram 2,90%. A Cteep perdeu 3,10%.

Na interpretação das transmissoras, porém, o valor a ser retirado das indenizações é menor. Segundo Orlando Magalhães Maia Neto, do escritório Ayres Britto, que representa as transmissoras no caso, o montante a ser excluído é o referente ao custo de capital próprio, que soma R\$ 8,9 bilhões. "Mas a decisão ainda não está clara", disse.

A ação da Abrace alega que os recursos das indenizações deveriam vir da União, via Tesouro, e não dos consumidores por meio da tarifa. A Lei 12.783 determinou que haveria o pagamento dos recursos, mas não disse a origem deles. Isso só foi definido em 2016, com a publicação de uma portaria pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que determinou o pagamento em oito anos, por meio da tarifa, a partir deste ano.

De acordo com o processo dos consumidores, as indenizações não se referem à prestação de um serviço público de transmissão. Por isso, não podem ser cobradas dos consumidores pela tarifa.

Antes de decidir, a juíza solicitou manifestações da União e da Aneel, que se defenderam alegando se tratar de remuneração dos investimentos feitos no passado pelas companhias, e não indenizações. As transmissoras também apresentaram uma manifestação no caso, lembrando que a MP 579 ocasionou uma redução de 70% na receita anual das transmissoras de energia.

Na decisão, a juíza disse que mesmo que a parcela "remuneração" seja usual no setor elétrico, não poderia ser incluída por uma portaria do MME no encargo, a despeito da previsão legal, que não existe. "Se o encargo remuneratório é uma praxe no âmbito do setor elétrico, deveria constar da lei a sua incidência", escreveu a juíza.

Segundo o advogado Julião Coelho, que representa a Abrace, quando a Aneel e as transmissoras afirmam que as indenizações representam uma "recomposição retroativa de receita", eles indicam que a tarifa cobrada em 2012 era inválida. "Judicialmente isso não é cabível", disse ele.

"A decisão judicial não pacifica ainda a questão, embora confirme o entendimento de que pelo menos a remuneração não é de responsabilidade dos consumidores", disse, em nota, Edvaldo Santana, presidente da Abrace.

Essa foi a segunda decisão favorável aos consumidores referente às indenizações. Na sexta-feira, a CSN, que é associada da Abrace, conseguiu uma decisão semelhante para não pagar as indenizações. "São duas decisões

favoráveis aos consumidores. Está muito flagrante que a cobrança é indevida", afirmou Coelho.

Em evento ontem, o ministro Fernando Coelho Filho chegou a falar em um acordo com transmissoras e consumidores. "Estamos conversando. A própria Aneel fez ao ministério uma proposta de encaminhamento. Estamos tentando ver se colocamos de pé uma proposta para poder apresentar tanto aos transmissores quanto à indústria, principalmente. Não temos isso ainda fechado", disse ele.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Associações obtêm liminar em processo de transmissão

A Eletrobras informou em comunicado nesta terça-feira (11) que a liminar parcial concedida ontem pela Justiça do Distrito Federal em relação às indenizações pelos ativos de transmissão ainda não amortizados se estende para os membros das Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro (Abividro), Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e Silício Metálico (Abrafe) e Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

A decisão suspende, sobre a tarifa das associadas, os efeitos do pagamento das indenizações das transmissoras de energia referentes a ativos antigos ainda não amortizados.

A estatal destaca que a decisão da Justiça não suspende o pagamento integral da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão (Tust), mas apenas a tarifa relacionada à parcela de "remuneração" dos ativos de transmissão.

A ação da Abrace questiona a origem dos recursos que vão pagar as indenizações, que somam R\$ 62 bilhões, e se referem aos ativos antigos de transmissão não amortizados que tiveram as concessões renovadas antecipadamente nos termos da Medida Provisória 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Segundo a Eletrobras, no fim de 2016, a estatal tinha a receber R\$ 36,5 bilhões a título de ressarcimento pela chamada Rede Básica Sistemas Existentes (RBSE).

"A companhia está avaliando os efeitos da referida decisão e manterá o mercado informado a respeito do assunto", informou a empresa no comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Preço do carvão sobe e pode impactar siderurgia no país**

Mal repassaram custos de matéria-prima para os preços do aço e sentiram o alívio do recuo no preço das commodities no mercado internacional, as siderúrgicas brasileiras podem ser alvo de pressão mais uma vez no resultado do segundo trimestre. Se o minério de ferro encontra-se em baixa atualmente, todavia a cotação do carvão começou a disparar nos últimos dias, por temores quanto de problemas no fornecimento australiano.

No fim de março, o ciclone Debbie atingiu a região de Queensland, no nordeste da Austrália, e colocou sob risco a estrutura logística de exportação do carvão metalúrgico. Assim como o minério, o carvão é usado na fabricação do aço. Com essa questão climática, só na semana passada os preços avançaram 86%, para US\$ 283 a tonelada, e agora se aproximam dos US\$ 290.

Cálculos iniciais do mercado davam conta de um recuo em até 13% nos embarques do produto australiano entre abril e junho. Os portos, as minas e as unidades de processamento já estão reabrindo, mas a rede ferroviária provavelmente ficará desligada durante mais cinco semanas para reparos. Ou seja, em praticamente metade do trimestre.

A casa de análise australiana ANZ Research pondera que parte da oferta pode ser mantida com os estoques atuais. Mesmo assim, a ruptura de fornecimento já provocou elevação nos preços. Além disso, após a malha voltar a funcionar, o país também precisará recompor estoques, o que pode sustentar uma cotação mais alta por mais tempo.

Segundo a CreditSights, especialista em dívida corporativa, até as negociações entre produtoras e compradores para formar preços trimestrais foram paralisadas por conta do ciclone. As conversas devem ser retomadas na semana que vem. Como o "fator Debbie" já está na mesa, é possível que o preço fique acima do que se esperava.

Em contato com agentes do mercado, a CreditSights chegou à conclusão de que o preço final não ficará acima dos US\$ 285 acertados para o primeiro trimestre, mas também não há espaço para cair a menos de US\$ 200. Assim, os contratos devem ficar próximos a US\$ 240.

Esse carvão fornecido por contrato pode ser a salvação das siderúrgicas brasileiras. Mais especificamente da Usiminas. As fabricantes locais importam o

carvão que utilizam em suas operações, mas a empresa mineira tem de 65% a 70% do fornecimento baseado em contratos periódicos. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por sua vez, adquire basicamente todo o volume necessário no mercado à vista.

Se forem considerados os preços à vista atuais, próximos a US\$ 290, e a previsão da CreditSights para contratos trimestrais, o custo da Usiminas cairia e a da CSN, aumentaria. Essa análise também incorpora a queda recente do minério de ferro.

Uma conta rápida da qual o setor se vale - para cada tonelada de aço bruto é usada 1,6 tonelada de minério de ferro e 600 quilos de carvão - mostra que em dólares os gastos da empresa mineira recuariam 3% sobre o calculado para o primeiro trimestre. Mas o câmbio, é fator importante nessa equação, já que a commodity é dolarizada. Considerando que o real se valorizou nos últimos meses ante a moeda americana, em reais, o custo diminuiria em 4%.

Para a CSN, a situação é exatamente inversa. Esses gastos se elevariam em 21%, em dólar, e subiriam cerca de 20% em reais.

Procurada, a Usiminas informou que está impedida de comentar o assunto devido ao período de silêncio que precede seu resultado do primeiro trimestre. A CSN não se manifestou a respeito.

Sobre os três primeiros meses do ano, levando em conta a cotação trimestral fechada em US\$ 285, a Usiminas teria sofrido, por outro lado, um solavanco nos custos de produção. No período, o minério se valorizou. Em dólar, a siderúrgica mineira teria alta de aproximadamente 13% nos custos, ante o quarto trimestre. Em reais, o aumento seria menor, de 8%.

Enquanto isso, a CSN, que compra no mercado "spot", surfou a retração do carvão nos três meses. Os custos em dólar caíram cerca de 14% e em reais, 19%.

É importante ressaltar, contudo, que essas variações são indicativos. O número final vai depender do nível produtivo para diluir custo, da eficiência operacional das companhias e até do uso de outros combustíveis, como o gás natural. A Usiminas também pode reduzir o impacto em negociações com fornecedores e a CSN, com a exportação de seu próprio minério de ferro, produzido em Casa de Pedra.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Venda de ativos vai influenciar nota da Petrobras

Um eventual atraso no ritmo de implantação do programa de venda de ativos da Petrobras não afetaria negativamente o rating da empresa, mas poderia adiar uma nova decisão de aumento da nota de risco da companhia, de acordo com a avaliação da agência de classificação de risco Moody's.

"A parte operativa, sem vender ativos, certamente continuaria como está e não afetaria o rating negativamente, mas também poderia alongar ou atrasar mais tempo qualquer decisão positiva [de nota de rating]", afirmou Nymia Almeida, analista sênior da Moody's para o setor de óleo e gás, ao ser questionada pelo Valor sobre a nova versão do plano de venda de ativos da estatal, que tende a ser mais lenta, devido à necessidade de divulgação ao mercado das etapas, conforme determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Ontem, a Moody's elevou o rating corporativo da petroleira, de 'B2' para 'B1', refletindo o menor risco de baixa liquidez e a perspectiva de redução do nível de alavancagem da empresa. Ao mesmo tempo, a classificadora de risco melhorou a perspectiva da nota, de estável para positiva.

Segundo Nymia, se a Petrobras mantiver esse ritmo da melhora da liquidez, é possível haver uma nova elevação do rating, nos próximos 12 a 18 meses. Para garantir esse ritmo de melhora, a especialista listou três fatores essenciais: a manutenção da produção petrolífera, apesar do programa de venda de ativos; a manutenção da receita operacional ao redor de US\$ 25 bilhões a US\$ 30 bilhões por ano; e a utilização de recursos da venda de ativos para o pagamento de dívida.

Questionada sobre a influencia da melhora do cenário macroeconômico do país para os ratings da Petrobras, a analista explicou que qualquer fator que contribua para a companhia acessar o mercado de capitais é positivo. "Isso dá tranquilidade em termos de liquidez da empresa. [A melhora do cenário macroeconômico] não afeta diretamente, mas facilita essas operações de crédito", ressaltou ela.

Nymia acrescentou que o fim do papel de operador único do pré-sal também ajudou a Petrobras e o próprio país. "Essa é uma notícia positiva porque libera a empresa de mais pressão, ao mesmo tempo é bom para o Brasil. Já vão começar novos leilões [do pré-sal] e entrará dinheiro novo para o Brasil", disse.

Para o presidente da Petrobras, Pedro Parente, a elevação do rating é um reconhecimento do trabalho em curso pela gestão da estatal. "A revisão da nota de crédito reconhece o trabalho intenso que vem sendo feito na melhora dos indicadores operacionais da companhia, além do esforço de redução da dívida.

Mostra que estamos no caminho correto, mas é também a constatação de que é o início de um trabalho e que ainda há muito a ser feito", disse o executivo, em nota.

MME / ASCOM.